



Golpe: entre a consolidação e a ruptura social

A dificuldade em perceber que o centro daquilo que está ameaçado é a democracia e um conjunto de direitos conquistados arduamente nos últimos anos só ajuda Temer a tentar normalizar o verdadeiro estado de exceção instituído no país

Escola sem partido, fim do ensino superior público e gratuito, cortes de bolsas de estudo e do programa *Ciência Sem Fronteiras*, desativação progressiva do *Programa Mais Médicos*, revisão de demarcação de terras indígenas e quilombolas, liberação da compra de terras para estrangeiros, “modernização” da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): desde o início do governo interino de Michel Temer, seus integrantes e apoiadores começaram a defender explicitamente o que, até então, não tinham coragem para fazer. A “Ponte para o Futuro”, prometida por um documento do PMDB em 2014, foi se revelando aos poucos uma ponte para o passado, que, caso concretizada, fará o país retroceder algumas décadas em termos de direitos humanos, sociais e trabalhistas. Derrotada nas urnas, nas últimas eleições presidenciais, essa agenda ultraliberal tenta agora se consolidar no país por meio de um

processo golpista contra a presidenta eleita Dilma Rousseff.

Uma das condições fundamentais para a construção da ponte para o passado é, justamente, a desqualificação da palavra “golpe”. Não é por acaso que, nas últimas semanas, os braços midiáticos de Temer e seus aliados promovem um bombardeio diário nos meios de comunicação para tentar “suavizar” o que está acontecendo no Brasil. Apostam em um processo de “normalização” que vem sendo alimentado diariamente na tentativa de criar um suposto “fato consumado”, o qual seria o afastamento definitivo de Dilma Rousseff. Além disso, apostam que esse clima de “normalização” e resignação alaste-se também entre os combatentes do golpe. As massivas manifestações de rua para denunciar o governo ilegítimo de Temer diminuíram de intensidade nos meses de junho e julho, o que também contribuiu para a alimentação desse clima. O que não diminuiu foi o processo de criminalização de movimentos sociais, especialmente do campo e de luta por moradia, e estudantis.

Outro fator que parece colaborar para essa lógica da normalização é a aproximação da agenda das eleições municipais deste ano. Aliados até há bem pouco tempo na denúncia do golpe nas ruas começaram a trocar farpas e ofensas nas redes sociais, como se o centro da conjuntura neste momento fosse, por exemplo, a disputa entre o PT e o PSOL nas eleições municipais. Há quem ache que seja mesmo, obviamente. Em páginas nas redes sociais convocando eventos contra o golpe, disputas eleitorais diretamente ligadas ao pleito deste ano começaram a minar a unidade que, até recentemente, garantiu mobilizações massivas nas

ruas. O fato é que os dias foram se passando, e a unidade contra o golpe e em defesa da democracia começou a ser minada por esse conjunto de fatores.

A dificuldade em perceber que o centro daquilo que está ameaçado é a democracia e um conjunto de direitos conquistados arduamente nos últimos anos só ajuda Temer a tentar normalizar o verdadeiro estado de exceção instituído no país, com a tentativa de afastamento da presidente eleita pelas urnas por um processo de *impeachment* em que não existe o necessário crime de responsabilidade. No dia 14 de julho, o procurador da República no Distrito Federal, Ivan Marx, concluiu que as chamadas pedaladas fiscais não configuraram crimes e pediu o arquivamento da investigação aberta para apurar possível infração penal de autoridades do governo Dilma.

No dia 20 de julho, nove especialistas internacionais em direitos humanos concluíram, no Tribunal Internacional sobre a Democracia no Brasil, realizado no Rio de Janeiro pela Via Campesina, Frente Brasil Popular e Frente de Juristas pela Democracia, que o processo de *impeachment* contra Dilma é, na verdade, um golpe ao Estado

democrático de direito, que deve ser declarado nulo em todos os seus efeitos. Segundo a sentença, a qual será encaminhada aos senadores e aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), o processo em curso “viola todos os princípios do processo democrático e da ordem constitucional brasileira”. A decisão não tem força de lei, mas reforça a denúncia internacional da ilegitimidade do governo Temer.

Em entrevista concedida ao jornal mexicano *La Jornada*, publicada no dia 24 de julho, Dilma Rousseff advertiu para as consequências imprevisíveis da estratégia golpista: “Você pode esconder as coisas, mas, em última análise, um golpe é um golpe. Ninguém pode acreditar que alguém dá um golpe e tudo é como era. Ninguém pode supor que esses processos ilegítimos não deixam marcas. O que estamos enfrentando é uma imagem de tranquilidade aparente que, mais cedo ou mais tarde, acabará por rebaratar, porque você não pode sustentar indefinidamente a ocultação da realidade, e a realidade é o golpe”, afirmou. O mês de agosto deixará mais claro o que aguarda o Brasil do outro lado da ponte que está atravessando.



A presidente Dilma Rousseff em Aracaju, no dia 25 de julho deste ano: movimento contra o golpe e defesa da democracia carece de maior unidade